

Marcos de Araújo Cavalcanti

Coisa Julgada

&

Questões Prejudiciais

Limites Objetivos e Subjetivos

Prefácio

Nelson Nery Jr.

Apresentação

Gilmar Mendes e Georges Abboud

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Analista de Conteúdo Editorial: Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Assistente Administrativo: Tatiana Leite

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Produção Editorial
Coordenação
ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho e Diene Ellen

Capa: Danilo Oliveira

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação
MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

Administrativa e Produção Gráfica
Coordenação
MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cavalcanti, Marcos de Araújo

Coisa julgada & questões prejudiciais: limites objetivos e subjetivos / Marcos de Araújo Cavalcanti. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia

ISBN 978-85-5321-716-8

1. Coisa julgada (Processo civil) 2. Processo civil I. Título.

19-28461

CDU-347.953

Índices para catálogo sistemático: 1. Coisa julgada : Processo civil 347.953

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO – Nelson Nery Junior	7
APRESENTAÇÃO – Gilmar Mendes e Georges Abboud	11
INTRODUÇÃO	27

PRIMEIRA PARTE

PREMISSAS METODOLÓGICAS E CONCEITUAIS

1. FORMA DE RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES JURÍDICAS NO CONTEXTO DO ESTADO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	37
1.1. O paradigma pós-positivista e seus reflexos no direito processual civil.....	37
1.1.1. Conceito de norma jurídica	38
1.1.2. Fundamentos do paradigma pós-positivista	42
1.1.2.1. Diferenças entre texto e norma	44
1.1.2.2. Interpretação como ato não revelador da vontade da lei ou do legislador.....	48
1.1.2.3. Superação do silogismo e do método subsuntivo	50
1.1.3. Impossibilidade de separar o fato do direito	52
1.1.4. Reflexos do paradigma pós-positivista no direito processual civil	56
1.2. O paradigma do Estado Constitucional	59
1.2.1. Conceito de Estado Constitucional.....	60
1.2.2. Impactos do paradigma do Estado Constitucional nas teorias das fontes, da norma e da interpretação	61
1.2.3. Efetivação da democracia pelo Poder Judiciário	62
1.3. Conceitos processuais dos pronunciamentos jurisdicionais.....	63
1.3.1. Conceitos preliminares	63

1.3.2.	A polêmica em torno do conceito de sentença na vigência do CPC/1973.....	64
1.3.3.	Conceito de sentença no CPC/2015.....	67
1.3.4.	Conceito de decisão interlocutória no CPC/2015.....	68
1.3.5.	Conceito de despacho no CPC/2015.....	69
1.4.	Concepção pós-positivista de decisão.....	69
1.4.1.	O ato de decidir como concretização do direito	69
1.4.2.	A decisão judicial como texto normativo para casos pendentes e futuros.....	70
1.5.	O problema da discricionariedade judicial	72
1.5.1.	Discricionariedade judicial no Positivismo Jurídico.....	72
1.5.1.1.	Discricionariedade judicial no Positivismo legalista	73
1.5.1.2.	Discricionariedade judicial no Positivismo contemporâneo ...	75
1.5.2.	Discricionariedade judicial no cenário jurídico atual.....	77
1.6.	A tese da resposta correta	80
1.6.1.	A existência de teses conflitantes sobre a discricionariedade judicial no paradigma pós-positivista	80
1.6.2.	A teoria da argumentação jurídica de Robert Alexy	83
1.6.3.	A teoria construtivista de Ronald Dworkin: o direito como integridade ...	88
1.7.	O direito fundamental à obtenção de respostas corretas	95
1.7.1.	A motivação das decisões judiciais como direito fundamental	97
1.7.2.	O dever de fundamentação no CPC/2015.....	99
1.7.3.	A sanção de nulidade e formas de correção do vício.....	102
1.7.4.	O direito fundamental à resposta correta como decorrência do dever de fundamentação: a tese de Lenio Streck.....	104
1.8.	CrITÉrios para uma teoria da decisão judicial e requisitos mÍnimos para se alcançar a resposta correta	107
2.	PREJUDICIALIDADE NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	113
2.1.	Evolução histórica da prejudicialidade	113
2.1.1.	Período formulário do direito romano.....	116

2.1.2.	Período medieval.....	121
2.1.3.	Período moderno.....	123
2.1.4.	Direito brasileiro.....	126
2.2.	Natureza jurídica da prejudicialidade.....	131
2.2.1.	Concepção substancialista.....	132
2.2.2.	Concepção processualista	134
2.2.3.	Concepção processualista sugerida.....	137
2.3.	Conceito lógico-jurídico de questão prejudicial.....	140
2.3.1.	Aspecto lógico da prejudicialidade.....	141
2.3.1.1.	Antecedência lógica	142
2.3.1.2.	Inexistência de necessidade da antecedência lógica.....	144
2.3.2.	Aspecto jurídico da prejudicialidade	150
2.3.2.1.	Tese da atividade de subsunção ou da homogeneidade de natureza dos juízos.....	151
2.3.2.2.	Tese da autonomia processual	153
2.3.2.3.	Tese concretista	155
2.4.	Formas de manifestação processual da prejudicial.....	158
2.4.1.	Ponto.....	158
2.4.1.1.	Ponto controvertido e duvidoso	159
2.4.1.2.	Ponto prejudicial	160
2.4.2.	Questão.....	161
2.4.2.1.	Questão principal.....	162
2.4.2.2.	Questão prévia	163
2.4.2.2.1.	Questão preliminar	164
2.4.2.2.2.	Questão prejudicial.....	167
2.4.2.3.	Questão incidental	168
2.4.3.	Causa	171
2.4.3.1.	Causa prejudicial.....	172
2.5.	Espécies de questões prejudiciais	174
2.5.1.	Questão prejudicial em sentido amplo e em sentido estrito.....	174

2.5.2.	Questão prejudicial própria e imprópria	175
2.5.3.	Questão prejudicial remota (mediata) e próxima (imediate)	175
2.5.4.	Questão prejudicial total e parcial	176
2.5.5.	Questão prejudicial à ação e à sentença	176
2.5.6.	Questão prejudicial de rito e de mérito	177
2.5.7.	Questão prejudicial interna e externa	177
2.5.8.	Questão prejudicial homogênea e heterogênea	178
2.5.9.	Questão prejudicial obrigatória e facultativa	178
2.6.	Consequências processuais da questão prejudicial	179
2.6.1.	Ampliação do objeto da cognição	179
2.6.2.	Suspensão de processos pela prejudicialidade	181
2.6.3.	Conexão por prejudicialidade entre demandas	184
2.7.	Modos de resolução da questão prejudicial	187
2.7.1.	Questão prejudicial resolvida incidentalmente	188
2.7.2.	Questão prejudicial resolvida em incidente processual	189
2.7.3.	Questão prejudicial resolvida em incidente processual destinado à formação de provimento vinculante.....	190
2.7.4.	Questão prejudicial resolvida como questão principal	192
2.8.	Decisão sobre a questão prejudicial	193
2.9.	Recursos em face da decisão sobre a questão prejudicial	194
2.10.	Prejudicialidade entre recursos excepcionais	196
2.11.	Coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial.....	197

SEGUNDA PARTE

DIREITO COMPARADO

3.	COISA JULGADA RELATIVA À DECISÃO DA QUESTÃO PREJUDICIAL NA EXPERIÊNCIA DO DIREITO NORTE-AMERICANO (ISSUE PRECLUSION).....	201
3.1.	Considerações iniciais sobre a coisa julgada nos Estados Unidos	201
3.2.	Importância do estudo da coisa julgada norte-americana como instrumento de direito comparado.....	205

3.3.	Temas preliminares sobre a coisa julgada	207
3.3.1.	Fontes sobre a coisa julgada (<i>sources</i>)	207
3.3.2.	A questão terminológica (<i>terminology</i>).....	211
3.3.3.	Diferenças com outros institutos relacionados (<i>related doctrines</i>).....	216
3.3.3.1.	Diferenças com o instituto do <i>stare decisis</i>	216
3.3.3.2.	Diferenças com o instituto do <i>law of the case</i>	217
3.4.	Coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial (<i>issue preclusion</i>).....	218
3.4.1.	Perspectivas históricas	218
3.4.2.	Requisitos essenciais (<i>requirements</i>)	224
3.4.2.1.	Julgamento válido (<i>validity</i>).....	224
3.4.2.2.	Julgamento final (<i>finality</i>)	226
3.4.2.3.	Mesma questão (<i>same issue</i>)	228
3.4.2.4.	Questão de fato ou de direito (<i>issue of fact or law</i>)	230
3.4.2.5.	Questão efetivamente controvertida e decidida (<i>actually litigated and determined</i>)	232
3.4.2.6.	Questão essencial para o julgamento (<i>necessary step</i>).....	234
3.4.3.	Exceções à aplicação da <i>issue preclusion</i>	237
3.4.4.	Limites subjetivos (<i>who can be bound</i>)	239
3.4.4.1.	Superação do requisito da mutualidade (<i>mutuality doctrine</i>)... ..	243
3.4.4.2.	A decisão da questão prejudicial como fundamento de defesa em processo ajuizado por terceiro (<i>defensive nonmutual issue preclusion</i>).....	246
3.4.4.3.	A decisão da questão prejudicial como fundamento da demanda ajuizada por terceiro (<i>offensive nonmutual issue preclusion</i>).....	249
3.4.4.4.	Exceções à aplicação da <i>issue preclusion</i> em processos ajuizados por terceiros	256
3.5.	Coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial em ações coletivas (<i>issue preclusion in class actions</i>)	259
3.5.1.	Considerações iniciais sobre as ações coletivas norte-americanas (<i>class actions</i>)	261

3.5.2.	Ações coletivas que tutelam os direitos individuais homogêneos (<i>class actions for damages</i>).....	262
3.5.2.1.	Aspectos procedimentais relevantes.....	263
3.5.2.1.1.	Certificação (<i>class certification</i>)	263
3.5.2.1.2.	Atos de comunicação dos membros da classe (<i>notice to class</i>)	266
3.5.2.1.3.	Efeitos da coisa julgada (<i>res judicata effects</i>)....	267
3.5.3.	Problemas decorrentes da <i>issue preclusion nas class actions</i>	269
3.5.3.1.	(Im)possibilidade de concessão de ordem de certificação (<i>certification order</i>) quando negada em processo anterior...	270
3.5.3.2.	(Im)possibilidade de o réu do processo coletivo alegar a <i>defensive nonmutual issue preclusion</i> nos processos individuais ...	273
3.5.3.3.	(Im)possibilidade de os membros autoexcluídos (<i>opt-out</i>) alegarem a <i>offensive nonmutual issue preclusion</i> em seus processos individuais.....	273
3.6.	Críticas doutrinárias à <i>issue preclusion</i>	276

TERCEIRA PARTE

LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA

4.	DEFINIÇÃO DOS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA	281
4.1.	Conceito de coisa julgada	281
4.2.	Necessidade de reconstrução da clássica distinção entre a coisa julgada formal e material	285
4.3.	Função negativa e positiva da indiscutibilidade	297
4.4.	Fundamentos constitucionais da coisa julgada.....	300
4.5.	Natureza jurídica	302
4.5.1.	A coisa julgada como instituto de direito material	303
4.5.1.1.	Tese da presunção da verdade (Pothier).....	305
4.5.1.2.	Tese da ficção da verdade (Savigny)	306
4.5.1.3.	Tese da <i>lex specialis</i> (Büllow e Pagenstecher)	307
4.5.2.	A coisa julgada como instituto de direito processual	309

4.5.2.1.	Tese da eficácia da declaração (Hellwig).....	310
4.5.2.2.	Tese da eficácia e autoridade da decisão (Liebman)	312
4.5.2.3.	Tese da situação jurídica e conteúdo da decisão (Barbosa Moreira)	313
4.5.2.4.	Tese do fato jurídico e de sua eficácia	316
4.6.	Distinção entre preclusão, coisa julgada e eficácia preclusiva.....	318
4.7.	Distinção entre estabilização e coisa julgada	325
4.8.	Pressupostos gerais para a formação da coisa julgada	332
4.8.1.	Decisão fundada em cognição exauriente.....	332
4.8.2.	Trânsito em julgado	335
4.9.	Limites objetivos da coisa julgada material	336
4.9.1.	Evolução histórica dos limites objetivos da coisa julgada material no direito processual civil brasileiro.....	338
4.9.1.1.	Limites objetivos da coisa julgada material antes do CPC/ 1939.....	339
4.9.1.2.	Limites objetivos da coisa julgada material no CPC/1939... ..	341
4.9.1.3.	Limites objetivos da coisa julgada material no CPC/1973	348
4.9.1.4.	Limites objetivos da coisa julgada material no CPC/2015... ..	353
4.9.2.	Divisão do regime jurídico da coisa julgada material em comum (ou geral) e especial ou (excepcional)	359
4.9.3.	Objeto excluído dos limites da coisa julgada material: art. 504, I e II, do CPC/2015	359
4.9.3.1.	Motivos da decisão	361
4.9.3.2.	Verdade dos fatos	362
4.9.3.3.	A questão prejudicial resolvida sem observância aos re- quisitos do art. 503, §§ 1º e 2º, do CPC/2015	363
4.9.4.	Eficácia da coisa julgada sobre a decisão da questão principal: arts. 502 e 503, <i>caput</i> , do CPC/2015.....	364
4.9.4.1.	Decisão de mérito	365
4.9.4.2.	Distinção entre mérito, questão de mérito e questão princi- pal.....	368
4.9.4.3.	Decisão parcial de mérito	370

4.9.4.4.	Decisão de mérito em alguns “incidentes” processuais	373
4.9.4.5.	Cabimento e prazo da ação rescisória.....	376
4.9.5.	Extensão da eficácia da coisa julgada sobre a decisão da questão prejudicial: art. 503, §§ 1º e 2º, do CPC/2015	378
5.	REGIME JURÍDICO DA COISA JULGADA RELATIVA À DECISÃO DA QUESTÃO PREJUDICIAL.....	381
5.1.	Especialidade e excepcionalidade do regime jurídico da coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial.....	381
5.2.	Premissas fundamentais.....	382
5.2.1.	Desnecessidade de pedido declaratório incidental.....	383
5.2.2.	O resultado da questão prejudicial deve constar do dispositivo da decisão.....	389
5.2.3.	Dever de fundamentação sobre a presença dos pressupostos específicos.....	394
5.2.4.	Objeto da declaração	395
5.2.5.	Extensão da coisa julgada material ou coisas julgadas materiais distintas?.....	405
5.2.6.	Autonomia da coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial... ..	407
5.3.	Pressupostos específicos do art. 503, §§ 1º e 2º, do CPC/2015	408
5.3.1.	Questão prejudicial ao julgamento do mérito	409
5.3.2.	Questão prejudicial expressa e incidentemente decidida	413
5.3.3.	Questão prejudicial objeto de contraditório prévio e efetivo	416
5.3.4.	Competência para resolver a questão prejudicial como questão principal.....	422
5.3.5.	A questão prejudicial deve ter aptidão para ser objeto de ação declaratória autônoma	424
5.3.6.	Inexistência de limitações cognitivas ou probatórias	426
5.4.	Aspectos e consequências processuais relevantes	428
5.4.1.	Legitimidade para arguir a prejudicial de mérito	429
5.4.2.	Interesse processual na declaração <i>principaliter</i> do resultado da questão prejudicial	434
5.4.3.	Litisconsórcio para a questão prejudicial	437

5.4.4. Anotação da questão prejudicial no registro de ações judiciais	446
5.4.5. Litispendência, conexão e continência entre a ação da questão prejudicial e a ação declaratória autônoma.....	449
5.4.6. Importância da decisão de saneamento e de organização do processo ...	453
5.4.7. Distribuição do ônus da prova em relação à questão prejudicial	456
5.4.8. Conteúdo de mérito da decisão que resolve <i>principaliter</i> a questão prejudicial.....	460
5.4.9. Reexame necessário da decisão sobre a questão prejudicial.....	461
5.4.10. Interesse recursal sobre a decisão da questão prejudicial	463
5.4.11. Recursos cabíveis em face da decisão sobre a questão prejudicial.....	465
5.4.12. Ônus da sucumbência em relação ao resultado da questão prejudicial	467
5.4.13. Ação rescisória em face da decisão transitada em julgado sobre a questão prejudicial	468
5.4.14. Impossibilidade de o juízo do caso futuro declarar a presença dos requisitos do art. 503, §§ 1º e 2º, do CPC/2015 como condição de eficácia da coisa julgada.....	471
5.4.15. Subsistência da ação declaratória incidental	472
5.4.16. Persistência do interesse de agir no ajuizamento da ação declaratória autônoma e da incidental	473
5.4.17. Negócios jurídicos processuais para ampliar ou restringir a eficácia da coisa julgada sobre a decisão da questão prejudicial	474
5.4.18. Direito intertemporal	475

QUARTA PARTE

LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA

6. DEFINIÇÃO DOS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA RELATIVA À DECISÃO DA QUESTÃO PREJUDICIAL E PROPOSIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA LITIGIOSIDADE PULVERIZADA	479
6.1. A litigiosidade pulverizada e os riscos à cláusula do devido processo legal.....	479
6.2. Fundamentos da coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial	485
6.2.1. Segurança jurídica.....	485

6.2.2.	Isonomia	487
6.2.3.	Eficiência processual	489
6.2.4.	Economia processual.....	491
6.2.5.	Boa-fé processual	495
6.3.	Limites subjetivos da coisa julgada: art. 506 do CPC/2015	497
6.3.1.	Razões que levaram à mudança dos limites subjetivos da coisa julgada no texto do CPC/2015	499
6.3.2.	Conceito processual de “parte” e de “terceiro”	502
6.3.3.	Eficácia da coisa julgada entre as partes.....	506
6.3.4.	Eficácia da coisa julgada em relação aos terceiros.....	510
6.3.4.1.	Distinção entre “eficácia da decisão” e “eficácia da coisa julgada”.....	511
6.3.4.2.	Terceiros atingidos pela eficácia da decisão	513
6.3.4.2.1.	Terceiros não atingidos.....	516
6.3.4.2.2.	Terceiros meramente atingidos	517
6.3.4.2.2.1.	Terceiros interessados por fato	517
6.3.4.2.2.2.	Terceiros economicamente interessados.....	518
6.3.4.2.2.3.	Terceiros institucional ou academicamente interessados.....	518
6.3.4.2.3.	Terceiros juridicamente atingidos	519
6.3.4.2.3.1.	Titulares de situação jurídica compatível	519
6.3.4.2.3.2.	Titulares de situação jurídica incompatível	520
6.3.4.2.3.3.	Titulares de situação jurídica incompatível <i>secundum eventum litis</i>	521
6.3.4.2.3.4.	Titulares de situação jurídica subordinada	522
6.3.4.2.4.	Terceiros juridicamente atingidos <i>secundum eventum litis</i>	522

6.3.4.2.4.1. Titulares de situação jurídica incindível	523
6.3.4.2.4.2. Titulares de situação jurídica obrigacional solidária divisível.....	524
6.3.4.3. Terceiros atingidos pela eficácia da coisa julgada.....	525
6.3.4.3.1. Terceiros indiferentes	526
6.3.4.3.2. Terceiros juridicamente prejudicados	526
6.3.4.3.3. Terceiros juridicamente beneficiados	527
6.3.5. Limites subjetivos da coisa julgada relativa à decisão da questão pre- judicial	528
6.3.5.1. Eficácia <i>inter partes</i>	529
6.3.5.2. Eficácia em benefício de terceiros.....	532
6.3.5.2.1. Titulares de situação jurídica incindível.....	533
6.3.5.2.2. Titulares de situação jurídica obrigacional soli- dária divisível.....	533
6.3.5.2.3. Terceiros titulares de situação jurídica subordi- nada	535
6.4. Uma distinção necessária: a eficácia da coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial não possui a mesma abrangência da eficácia da <i>issue preclusion</i> ...	535
6.4.1. A eficácia da <i>issue preclusion</i> é ampla em relação aos fatos e tercei- ros	540
6.4.2. A eficácia da coisa julgada é restrita em relação aos fatos e terceiros....	542
6.5. A eficácia preclusiva da coisa julgada como instrumento adequado de combate à discussão pulverizada sobre fatos comuns	545
6.5.1. A função instrumental da eficácia preclusiva da coisa julgada mate- rial.....	547
6.5.2. A eficácia preclusiva externa da coisa julgada material	549
6.5.3. A eficácia preclusiva da coisa julgada material e a superação do mito da tríplice identidade dos elementos da demanda.....	550
6.5.4. A eficácia preclusiva da coisa julgada material sobre os fatos comuns à existência da situação jurídica objeto de declaração principaliter ...	553
6.6. A coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial não serve para lidar com a litigiosidade homogênea	560

6.6.1.	Natureza individual da situação jurídica homogênea.....	561
6.6.2.	Homogeneidade da situação jurídica.....	563
6.6.3.	Tese ampliativa da eficácia da coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial em benefício de terceiros	565
6.6.4.	Tese restritiva da eficácia da coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial em benefício de terceiros	569
6.6.4.1.	Proposições para o enfrentamento da litigiosidade homogênea	577
6.6.4.1.1.	Tutela coletiva de situações jurídicas homogêneas.....	578
6.6.4.1.2.	Incidente de resolução de demandas repetitivas...	580
6.6.4.1.3.	Recursos especiais e extraordinários repetitivos...	582
6.6.4.1.4.	Litisconsórcio facultativo-simples	583
6.6.4.1.5.	Prova emprestada.....	585
6.6.4.1.6.	Decisão de mérito como meio de prova	587
6.7.	Diferenças entre a coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial e os mecanismos de julgamento de casos repetitivos	589
6.7.1.	Eficácia da coisa julgada material vs. efeito vinculante	591
6.7.2.	Coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial vs. incidente de resolução de demandas repetitivas.....	598
6.7.3.	Coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial vs. recursos especiais e extraordinários repetitivos	608
CONSIDERAÇÕES FINAIS		615
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		621